Trabalho apresentado no 14º CBCENF

Título: MORBIDADE EM PACIENTES PORTADORES DE PÉ DIABÉTICO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Relatoria: THIAGO HENRIQUE LOPES E SILVA

Autores: PAULA CAROLINA VALENÇA SILVA
JEOVÁ HALLAN DE MEDEIROS
PAULA DANIELLA DE ABREU
DAYANNE CAROLINE DE ASSIS SILVA

Modalidade: Pôster

Área: A enfermagem e o terceiro setor

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: O Diabetes Mellitus Tipo 2 (DM2) é caracterizado pela hiperglicemia provocada por parcial ou total insensibilização das células pela insulina. São elevadas as taxas de morbimortalidade, além do risco de desenvolvimento de complicações incapacitantes, dentre elas, a neuropatia, retinopatia, angiopatia, nefropatia. Em relação às complicações crônicas, o pé- diabético constitui-se como causa mais freqüente, contribuindo para altas taxas de amputação, internação prolongada e custo hospitalar elevado em nosso meio. Objetivo: O presente estudo descreve a morbidade em portadores de pé diabético. Metodologia: Foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos aspectos clínicos desta complicação do portador do DM2, mediante a busca dos mais importantes artigos científicos indexados nos bancos de dados Lilacs, PubMed, Bireme e Scielo. Ao total, foram analisadas 30 publicações. Resultados: Os diversos estudos analisados relatam que a prevalência mundial da Diabetes mellitus seja em torno de 120 milhões de indivíduos, e que entre 4 a 10% destes desenvolvem lesões no pé. No Brasil, Em 2010 6,56% correspondeu as internações hospitalares no Brasil, 6,79% no estado pernambucano e 4,80% em Recife, a taxa de mortalidade no Brasil é de 32 a 50%. O DM2 é responsável por quase a metade das amputações não traumáticas de membro inferior, sobre a neuropatia supõe-se que o mecanismo patogênico pode apresentar-se de três maneiras: Motora, autonômica e sensorial. A amputação é necessária na maioria das vezes e por o grande número de incidência dessa complicação, tem forçado profissionais a desenvolver técnicas cada vez mais atraumáticas. Conclusão: É urgente a priorização de medidas de controle, além de estratégias de educação nas comunidades de maior prevalência da doença. O problema exige o desenvolvimento de programas de controle e o reconhecimento desses aspectos supõe, por sua vez, a seleção de intervenções de saúde para diminuir ou eliminar os fatores específicos de risco, sugerindo um processo de adequação das estratégias de atuação dos serviços de saúde, na tentativa de evitar que esta complicação continue atenuando-se como problema de saúde pública.